

O fim da missão: morte e luto nas relações entre bombeiros, policiais e seus cães de trabalho¹

Edi Alves de Oliveira Neto (IFGoiano – Campus Seres)

Palavras-chave: Sociologia animal; relação humano-cão; luto animal.

Resumo:

Neste trabalho analiso os processos de morte e luto envolvidos na relação entre humanos e cães policiais (K9), a partir de pesquisa empírica realizada em canis de corporações policiais e de bombeiros do Distrito Federal. Dialogo com estudos sobre o luto na relação tutor-pet para compreender como a condição específica do cão policial — simultaneamente animal de trabalho, patrimônio institucional e companheiro — conforma formas particulares de reconhecimento, silenciamento e ritualização da morte.

Compreendo o luto como um fenômeno socialmente construído, que envolve respostas individuais e coletivas diante de perdas significativas (VIEIRA, 2019), articulando essa definição às transformações modernas na relação com a morte descritas por Elias (1994). No contexto institucional dos canis, a morte não integra o ciclo legítimo da relação de trabalho, sendo a inaptidão e a aposentadoria as formas socialmente reconhecidas de saída dos cães. Argumento que essa organização desloca a experiência do luto do espaço profissional para a esfera privada dos cachorreiros, operando uma racionalidade institucional voltada à continuidade do trabalho e individualizando os custos afetivos e materiais da perda.

A análise do episódio da morte de Cigano, cão policial aposentado e adotado por seu condutor, evidencia a persistência de relações intersubjetivas que se expressam em narrativas, rituais funerários e homenagens públicas, atribuindo ao animal estatuto de sujeito dotado de história e individualidade. Essas práticas contrastam com o descarte historicamente destinado aos animais de trabalho (THOMAS, 2010).

As manifestações públicas de luto produzem reconhecimento coletivo e legitimam a expressão da perda, em oposição ao luto frequentemente interditado na morte de animais de estimação (GAEDTKE, 2019; VIEIRA, 2019), mobilizando a lógica do sacrifício, central às identidades policiais e bombeiras (GAEDTKE, 2017). Sustento, por fim, que o

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

luto pelos cães policiais torna visível a condição transitória desses animais entre objeto e sujeito, trabalho e afeto, natureza e cultura.

Introdução

A morte nunca constitui apenas um acontecimento biológico. Ela reorganiza relações sociais, redefine pertencimentos, produz memórias e torna visíveis vínculos cuja existência frequentemente permanece naturalizada no cotidiano. O luto, por sua vez, não corresponde apenas à resposta subjetiva diante de uma perda significativa, mas a um processo socialmente construído, cuja expressão depende das formas pelas quais determinadas relações são reconhecidas, legitimadas e ritualizadas em diferentes contextos históricos e culturais. Sofrer uma perda não significa, necessariamente, possuir legitimidade social para expressá-la. As sociedades também definem quais mortes merecem ser publicamente lamentadas, quais vínculos podem ser reconhecidos e quais experiências tendem ao silêncio.

Essa perspectiva desloca o luto do campo exclusivamente psicológico para o das Ciências Sociais. Embora autores como Bowlby e Worden tenham produzido importantes contribuições para compreender o rompimento dos vínculos afetivos e os processos de elaboração da perda, interessa aqui compreender o luto como fenômeno social, produzido em relações historicamente situadas e atravessado por valores, instituições e formas de reconhecimento coletivo. Nesse sentido, acompanha-se a definição proposta por Vieira (2019), segundo a qual o luto envolve respostas individuais e coletivas diante da perda de alguém ou de algo investido de profundo significado afetivo. Entretanto, a intensidade desse sofrimento não depende apenas da força do vínculo, mas também da legitimidade social atribuída à própria relação.

Norbert Elias (1994) demonstra que a modernidade transformou profundamente a maneira como a morte é vivida e socialmente administrada. Progressivamente deslocada do espaço público para instituições especializadas e para a intimidade das famílias, a morte tornou-se cada vez mais silenciosa, enquanto o sofrimento passou a ser experimentado como questão privada. O ocultamento do morrer produziu igualmente formas particulares de ocultamento do luto. Ainda que a perda permaneça universal, as possibilidades de sua expressão pública passaram a depender das convenções sociais que definem quais vínculos merecem reconhecimento coletivo e quais permanecem restritos à experiência individual.

É precisamente nesse ponto que a morte de animais adquire relevância sociológica. Durante muito tempo, o sofrimento decorrente da perda de animais permaneceu situado à margem das discussões acadêmicas sobre o luto, frequentemente reduzido à esfera privada ou interpretado como manifestação emocional desproporcional. Essa marginalização acompanhou, em certa medida, a própria tradição antropocêntrica das Ciências Sociais, que historicamente privilegiou as relações entre humanos como objeto exclusivo da análise sociológica e antropológica. Como observa Gaedtke, a constituição das Ciências Sociais modernas contribuiu para invisibilizar grande parte das relações interespecíficas, apesar de elas atravessarem dimensões fundamentais da vida contemporânea, como família, trabalho, consumo, religião e afetividade. A emergência dos Estudos Animais e da Antropologia Multiespécies representa justamente um movimento de ampliação desse horizonte analítico, reconhecendo que humanos e outros animais produzem conjuntamente formas específicas de sociabilidade.

Essa mudança de perspectiva acompanha transformações históricas nas próprias relações entre humanos e cães. Como demonstra Thomas (2010), a figura moderna do animal de estimação constitui uma construção histórica relativamente recente. Ao longo dos últimos séculos, determinadas espécies passaram progressivamente da condição de auxiliares utilitários para posições marcadas pelo companheirismo, pela convivência cotidiana e pela integração às famílias. Evidências arqueológicas reunidas por Cabral e Savalli indicam, inclusive, que relações de cuidado entre humanos e cães remontam a milhares de anos, sugerindo que esses vínculos sempre ultrapassaram a mera instrumentalidade econômica. A modernidade, entretanto, redefiniu profundamente os significados sociais atribuídos aos cães, ampliando sua individualização, sua presença no interior das casas e sua inserção em redes de parentesco e afetividade.

Nesse contexto, a literatura recente sobre luto animal evidencia que a perda desses animais frequentemente desencadeia processos semelhantes aos observados diante da morte de pessoas significativas. Vieira (2019), dialogando com Bowlby e Worden, demonstra que os vínculos estabelecidos entre humanos e animais de estimação podem apresentar intensidade comparável àquela existente nas relações humanas, fazendo com que sua ruptura produza respostas emocionais, cognitivas e sociais semelhantes às observadas em outros processos de luto. Não é apenas a perda física do animal que produz sofrimento, mas o rompimento de uma relação construída cotidianamente por meio do cuidado, da convivência e da reciprocidade afetiva.

Entretanto, a literatura também demonstra que o sofrimento decorrente da morte de animais continua encontrando importantes obstáculos ao reconhecimento social. Lapa e Nogueira (2022) mostram que muitos tutores experimentam aquilo que Doka denominou de luto não reconhecido, situação em que a perda não encontra validação suficiente para ser socialmente compartilhada. Em seus relatos, aparecem sentimentos recorrentes de vergonha, isolamento, culpa e necessidade de ocultar o sofrimento, não porque a dor seja menor, mas porque o contexto social frequentemente considera ilegítimo lamentar a morte de um animal com a mesma intensidade atribuída às perdas humanas. O problema, portanto, não reside apenas na existência do sofrimento, mas nas condições sociais que autorizam ou silenciam sua manifestação.

Os cães que constituem o objeto deste artigo ocupam uma posição distinta daquela normalmente atribuída aos animais de companhia. Os cães policiais e bombeiros são simultaneamente animais de trabalho, patrimônio institucional e parceiros cotidianos de seus condutores. Seu pertencimento é compartilhado entre instituição e indivíduo; sua existência articula dimensões técnicas, jurídicas, afetivas e operacionais que dificilmente podem ser reduzidas a uma única categoria. Essa condição híbrida desafia classificações tradicionais e produz formas igualmente singulares de reconhecimento da morte.

Foi justamente essa singularidade que emergiu durante a pesquisa etnográfica realizada em canis de corporações policiais e de bombeiros do Distrito Federal. Um dos principais achados da investigação foi a centralidade da categoria nativa binômio humano-cão, utilizada pelos próprios cachorreiros para definir a unidade operacional formada entre condutor e cão. O binômio não representa apenas a soma de dois indivíduos, mas uma unidade prática de trabalho construída por longos processos de convivência, treinamento, comunicação interespecífica e confiança mútua. Como demonstrei anteriormente, "formar binômio" constitui o principal marcador da identidade profissional dos cachorreiros, sendo o cão elemento indispensável para o reconhecimento dessa identidade tanto pelos próprios pares quanto pela sociedade. O binômio constitui, portanto, simultaneamente uma categoria técnica, relacional e identitária.

Essa condição modifica também o significado da morte. Diferentemente do que ocorre em grande parte das relações de trabalho, nas quais a substituição de equipamentos ou instrumentos integra a rotina institucional, a morte de um cão policial rompe simultaneamente uma parceria operacional, uma relação cotidiana de trabalho e um vínculo afetivo produzido ao longo de anos de convivência. Ainda assim, essa perda raramente ocupa lugar legítimo na racionalidade organizacional das corporações. Nos

canis pesquisados, a aposentadoria e a inaptidão constituem as formas institucionalmente previstas de encerramento da trajetória funcional dos cães. A morte, ao contrário, permanece relativamente deslocada da organização formal do trabalho, fazendo com que a experiência do luto seja vivida predominantemente na esfera privada dos condutores, mesmo quando o vínculo foi constituído no interior da atividade profissional.

É justamente nessa tensão que se situa o problema desenvolvido neste artigo. Argumento que a condição específica do cão policial — simultaneamente trabalhador, patrimônio institucional e companheiro — conforma formas particulares de reconhecimento, silenciamento e ritualização da morte. A análise do episódio da morte de Cigano, cão policial aposentado e posteriormente adotado por seu condutor, evidencia que a ruptura do binômio produz narrativas, homenagens públicas, rituais funerários e práticas memoriais que atribuem ao animal estatuto de sujeito dotado de história, individualidade e biografia própria. Ao mesmo tempo, tais manifestações convivem com uma racionalidade institucional orientada à continuidade do trabalho, deslocando os custos afetivos e materiais da perda para a esfera privada dos cachorreiros.

Mais do que investigar o sofrimento decorrente da morte de cães policiais, este artigo propõe compreender como diferentes formas de organização do trabalho produzem diferentes formas de reconhecimento da morte. Sustento que o luto pelos cães policiais torna particularmente visível a condição transitória desses animais entre sujeito e objeto, patrimônio e companheiro, trabalho e afeto, natureza e cultura. Nessa perspectiva, o luto deixa de constituir apenas uma reação à perda para tornar-se um objeto sociológico privilegiado para compreender como instituições, relações interespecíficas e regimes de reconhecimento organizam as fronteiras entre aquilo que pode — e aquilo que não pode — ser socialmente lamentado.

O luto como fenômeno social: reconhecimento, vínculos e fronteiras entre humano e animal

Compreender o luto exige ultrapassar sua definição como experiência exclusivamente individual ou psicológica. Ainda que o sofrimento decorrente da perda seja vivido por sujeitos concretos, as formas pelas quais esse sofrimento pode ser expresso, compartilhado e reconhecido são produzidas socialmente. Em outras palavras, o luto não depende apenas da intensidade dos vínculos estabelecidos, mas também dos enquadramentos culturais que definem quais perdas merecem reconhecimento público, quais relações são consideradas legítimas e quais formas de sofrimento permanecem invisíveis.

Essa perspectiva aproxima-se da compreensão proposta por Elias (1994), para quem a morte constitui um fenômeno profundamente social. Ao analisar as transformações modernas nas formas de morrer, o autor demonstra que a morte foi progressivamente deslocada do espaço coletivo para instituições especializadas, tornando-se cada vez mais silenciosa e privada. A modernidade não eliminou a morte; modificou as maneiras pelas quais ela pode ser vivida e socialmente compartilhada. Nesse processo, também o luto passou a ser regulado por expectativas sociais que determinam quem pode sofrer, durante quanto tempo e em quais circunstâncias.

Essa dimensão normativa do luto aparece de maneira ainda mais evidente quando o objeto da perda não corresponde às relações tradicionalmente legitimadas. Vieira (2019), ao investigar pessoas que perderam animais de estimação, demonstra que o rompimento desses vínculos produz processos de luto muito semelhantes aos observados após a morte de familiares ou amigos próximos. Fundamentando-se na teoria do apego de Bowlby e nas tarefas do luto de Worden, a autora argumenta que o sofrimento decorre da ruptura de vínculos afetivos profundamente investidos de significado, e não da espécie do ser perdido. Os entrevistados descrevem sentimentos de saudade, tristeza, vazio, desorganização da rotina e necessidade de reorganizar a própria vida, características igualmente presentes em processos de luto decorrentes da perda de pessoas significativas.

Entretanto, reconhecer que a dor existe não significa que ela seja socialmente reconhecida. É justamente essa diferença que estrutura a contribuição de Lapa e Nogueira (2022). Os autores demonstram que muitos tutores vivenciam aquilo que a literatura denomina luto não reconhecido (*disenfranchised grief*), situação em que o sofrimento não encontra legitimidade suficiente para ser compartilhado socialmente. Nas entrevistas realizadas com mulheres que haviam perdido seus animais de estimação, surgem repetidamente relatos de vergonha, isolamento, culpa, receio de expressar tristeza e sensação de incompreensão. Não se trata apenas da perda do animal, mas da impossibilidade de viver plenamente o próprio luto diante de uma sociedade que frequentemente considera essa dor exagerada ou inadequada.

O aspecto mais interessante dessas análises é que elas deslocam o foco da intensidade do sofrimento para as condições sociais de seu reconhecimento. O problema deixa de ser explicar por que alguém sofre pela morte de um animal e passa a ser compreender por que determinados sofrimentos recebem acolhimento coletivo enquanto outros permanecem interditados. O reconhecimento social torna-se, assim, parte constitutiva da própria experiência do luto.

Essa mesma direção aparece na etnografia desenvolvida por Gonçalves (2019). Investigando uma clínica veterinária e um cemitério de animais na região metropolitana de Belo Horizonte, o autor analisa as categorias emocionais mobilizadas por tutores diante da morte de seus animais. Culpa, responsabilidade, dúvida e sofrimento aparecem continuamente associados às decisões sobre tratamentos e eutanásia. Contudo, sua principal contribuição consiste em mostrar que a morte não encerra simplesmente uma relação; ela inaugura novas formas de cuidado, memória e elaboração emocional. O autor observa que o momento da morte produz novas práticas de coexistência entre vivos e mortos, permitindo compreender o luto como um processo relacional e socialmente produzido, e não apenas como reação individual à perda.

Embora partam de perspectivas distintas, Vieira (2019), Lapa e Nogueira (2022) e Gonçalves (2019) convergem em um ponto fundamental: o sofrimento provocado pela morte de um animal não pode ser reduzido a uma reação emocional privada. Ele envolve relações de apego, formas de reconhecimento social, expectativas culturais e práticas coletivas de elaboração da perda. Em todos esses trabalhos, o vínculo estabelecido entre humanos e animais aparece como elemento central para compreender a intensidade do luto, enquanto sua legitimidade depende das formas pelas quais a sociedade classifica e hierarquiza diferentes relações afetivas.

Essa discussão pode ser ampliada quando deslocamos a pergunta do sofrimento para a própria condição da vida animal. Dialogando com Judith Butler e Jacques Derrida a partir da obra de Clarice Lispector, o estudo sobre precariedade e morte animal propõe compreender que a distinção entre vidas passíveis de luto e vidas socialmente descartáveis resulta de enquadramentos historicamente produzidos. A precariedade deixa de ser atributo exclusivamente humano e passa a constituir uma condição compartilhada entre diferentes formas de vida. Sob essa perspectiva, reconhecer a possibilidade do luto por animais significa também questionar as fronteiras morais que definem quais existências podem ser plenamente reconhecidas como dignas de cuidado, memória e pesar.

É precisamente nesse ponto que o caso dos cães policiais adquire interesse sociológico particular. Diferentemente dos animais de companhia analisados na maior parte dessa literatura, esses cães ocupam simultaneamente a condição de trabalhadores, patrimônio institucional e companheiros de seus condutores. Sua morte não rompe apenas um vínculo afetivo, mas também uma parceria operacional construída no interior do trabalho policial e bombeiro. A singularidade dessa posição permite observar como diferentes regimes de reconhecimento se articulam na produção do luto: ao mesmo tempo

em que a instituição tende a privilegiar a continuidade do trabalho, os cachorreiros produzem narrativas, homenagens e rituais que reafirmam a individualidade desses animais e a permanência dos vínculos estabelecidos com eles. É justamente essa tensão entre racionalidade institucional e experiência afetiva que orienta a análise desenvolvida nas seções seguintes.

O binômio humano-cão: trabalho, identidade e produção de vínculos

Se o luto constitui uma resposta socialmente construída diante da perda de vínculos significativos, torna-se necessário compreender, antes de tudo, como esses vínculos são produzidos. No caso dos cães policiais, a relação entre humanos e animais não se organiza segundo a lógica predominante dos animais de companhia, nem pode ser reduzida à convivência cotidiana entre um tutor e seu pet. Ela é mediada por uma instituição, orientada por objetivos operacionais e construída por meio do trabalho. A especificidade do luto vivido pelos cachorreiros decorre precisamente dessa forma singular de relação, na qual afeto e técnica, cuidado e disciplina, convivência e produtividade tornam-se inseparáveis.

Durante o trabalho de campo realizado nos canis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, tornou-se evidente que a categoria central utilizada pelos interlocutores para descrever essa relação não era amizade, parceria ou companheirismo, mas binômio. O termo designa a unidade operacional formada entre um condutor e um cão policial, constituindo uma categoria nativa que organiza simultaneamente a identidade profissional, a prática cotidiana e as formas de reconhecimento entre os próprios cachorreiros. Mais do que uma dupla composta por humano e animal, o binômio representa uma unidade de trabalho, cuja eficiência depende da atuação coordenada de ambos.

Essa categoria organiza também os processos de construção identitária. Para a sociedade, a figura do cachorreiro somente se completa quando aparece acompanhada do cão. Uniformes, brevês e armamentos identificam policiais e bombeiros, mas é a presença do K9 que torna visível uma identidade específica dentro dessas corporações. Não por acaso, os brasões dos canis, as fotografias institucionais e as publicações em redes sociais quase sempre representam humano e cão conjuntamente, reafirmando visualmente essa unidade. O cão torna-se, portanto, elemento constitutivo da identidade profissional do cachorreiro, enquanto o inverso não ocorre necessariamente: um cão pode ser reconhecido como K9 independentemente de seu condutor, mas um policial ou bombeiro dificilmente será reconhecido como cachorreiro sem a presença do animal.

Essa observação permite deslocar a discussão para um aspecto central deste trabalho. O vínculo entre humano e cão não antecede o trabalho; ele é produzido por ele. O binômio não nasce da afinidade espontânea entre duas espécies, mas de um longo processo de aprendizagem, treinamento e convivência institucionalizada. Tornar-se cachorro significa aprender um conjunto específico de conhecimentos e práticas que, na tese, foram denominados saber K9, compreendido como uma modalidade particular dos saberes policiais. Assim como argumenta Monjardet (2012), a competência profissional nas instituições policiais não resulta exclusivamente da formação técnica nem apenas da experiência empírica, mas da articulação entre ambas. Nos canis pesquisados, essa competência manifesta-se na capacidade de formar binômios eficientes, sendo reconhecida e validada pelos próprios pares.

O saber K9, entretanto, ultrapassa o domínio de técnicas de adestramento. Ele envolve conhecimentos oriundos da veterinária, da etologia, da psicologia animal e da cinotecnia, apropriados e reorganizados em função das demandas específicas do trabalho policial e bombeiro. Trata-se de um saber eminentemente prático, cuja legitimidade depende menos da posse abstrata de conhecimentos do que da capacidade de aplicá-los em situações concretas. Como ocorre em outras profissões estudadas por Monjardet, teoria e prática constituem dimensões inseparáveis da competência profissional, sendo continuamente testadas na rotina operacional.

Essa aprendizagem produz também uma transformação na maneira como humanos e cães se relacionam. Formar um binômio significa construir uma comunicação interespecie suficientemente refinada para permitir que ambos atuem como uma única unidade operacional. A condução do cão depende da leitura constante de sua linguagem corporal, de suas formas particulares de responder aos estímulos e de suas características individuais. Não se trata de aplicar mecanicamente técnicas aprendidas em cursos de formação, mas de desenvolver uma competência relacional construída pela convivência cotidiana. Como mostram os interlocutores da pesquisa, cada cão responde de maneira singular às mesmas práticas de treinamento, exigindo do condutor permanente capacidade de observação e adaptação.

Ao contrário de compreender os cães como instrumentos passivos da ação humana, o material etnográfico evidencia sua agência na construção do próprio trabalho. Os cachorros aprendem a conduzir os animais ao mesmo tempo em que aprendem a ser conduzidos por eles. Em outras palavras, o humano ensina ao cão o que significa ser um K9, mas o cão também ensina ao humano como ele deve conduzi-lo. A comunicação

não ocorre em sentido único; ela constitui um processo relacional no qual ambos ajustam continuamente suas ações. O binômio não elimina as diferenças entre as espécies, mas transforma essas diferenças em condição para a cooperação.

Essa interpretação dialoga diretamente com Sanders (2007), para quem as relações estabelecidas entre policiais e cães de patrulha são moldadas pelas próprias condições do trabalho. Ao acompanhar a formação de equipes K9 nos Estados Unidos, o autor demonstra que o vínculo afetivo não representa um obstáculo à eficiência operacional; ao contrário, constitui parte fundamental dela. A convivência diária, os treinamentos, as operações e a dependência recíproca fazem com que humanos e cães desenvolvam formas específicas de confiança e cooperação impossíveis de serem produzidas apenas por afinidade pessoal. As expectativas ocupacionais, as rotinas institucionais e os critérios de seleção dos animais moldam simultaneamente a relação de trabalho e a experiência emocional daqueles que dela participam.

Esse aspecto permite compreender outra contribuição importante da etnografia. Nos canis pesquisados, tornou-se recorrente a afirmação de que gostar de cães é diferente de gostar de trabalhar com cães. A distinção, aparentemente simples, revela profundas diferenças entre a lógica dos animais de companhia e a lógica dos cães de trabalho. Muitos policiais ingressam nos cursos de formação motivados por sua afinidade com cães de estimação. Contudo, ao longo da formação, aprendem que o trabalho exige outras formas de relação, incompatíveis com práticas comuns no universo pet. Não basta gostar de animais; é preciso aprender a construir uma relação orientada simultaneamente pelo cuidado, pela disciplina, pela técnica e pela eficiência operacional.

Essa transformação aproxima-se da noção de motivação emocional proposta por Kendra Coulter (2016). Segundo a autora, muitas pessoas escolhem profissões envolvendo animais porque atribuem valor afetivo a essas relações. Entretanto, o cotidiano do trabalho revela dimensões frequentemente invisibilizadas por essa motivação inicial. Trabalhar com animais significa também realizar aquilo que Coulter denomina *dirty work*: limpar baias, recolher fezes, administrar medicamentos, lidar com odores, doenças, envelhecimento e morte. O afeto permanece presente, mas passa a coexistir com atividades técnicas e corporais indispensáveis à manutenção da vida e da capacidade operacional dos animais.

Tal constatação reforça uma dimensão central para o argumento deste artigo. O vínculo estabelecido entre cachorreiros e cães não pode ser explicado apenas pela convivência prolongada, tampouco por uma suposta predisposição afetiva dos

condutores. Ele emerge de um trabalho compartilhado, realizado diariamente em condições de interdependência técnica, corporal e emocional. O binômio constitui, assim, uma forma específica de relação interespecie produzida pelas instituições policiais e bombeiras, na qual identidade profissional, competência técnica e investimento afetivo se constroem simultaneamente.

É precisamente por isso que a morte de um cão policial assume contornos particulares. O que se rompe não é apenas uma relação de estima ou companhia, mas uma unidade de trabalho cuidadosamente construída ao longo do tempo. Compreender a formação do binômio permite compreender, igualmente, por que sua dissolução produz formas específicas de sofrimento, reconhecimento e elaboração do luto. É a essa dimensão que a próxima seção se dedica.

Entre o afeto e o trabalho: a singularidade da perda de um cão policial

Nas últimas décadas, as relações entre humanos e animais tornaram-se objeto de crescente interesse nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes pesquisas demonstram que os animais de estimação passaram a ocupar posições cada vez mais centrais na organização da vida doméstica, participando da constituição de vínculos afetivos intensos, da produção de parentesco e da construção das identidades familiares (Archer, 1997; Belk, 1996; Delarissa, 2003; Pastori, 2012). Nesse contexto, a morte desses animais passou igualmente a constituir um objeto legítimo de investigação, permitindo compreender o luto não apenas como experiência psicológica, mas como fenômeno cultural, moral e socialmente organizado (Elias, 1994; Vieira, 2019; Gonçalves, 2019; Lapa & Nogueira, 2022).

Grande parte dessa literatura converge para um mesmo argumento: a intensidade do sofrimento não decorre da espécie do ser perdido, mas da natureza dos vínculos construídos ao longo da convivência. Estudos fundamentados na teoria do apego demonstram que relações estabelecidas entre humanos e animais podem produzir expectativas de segurança, proteção, cuidado e reciprocidade semelhantes às aquelas presentes em vínculos humanos significativos (Bowlby, 2004a; 2004b; Archer, 1997; Vieira, 2019). A ruptura desses vínculos mobiliza respostas emocionais, cognitivas e sociais comparáveis às observadas em outras experiências de perda, envolvendo saudade, desorganização da rotina, redefinição das identidades e necessidade de reconstrução da vida cotidiana (Parkes, 1998; Worden, 2013; Vieira, 2019).

Ao mesmo tempo, diferentes autores chamam atenção para o fato de que a morte de um animal evidencia as fronteiras morais que regulam quais perdas podem ser

publicamente reconhecidas. Lapa e Nogueira (2022) demonstram que muitos tutores experimentam aquilo que Doka (1989) denominou luto não reconhecido (*disenfranchised grief*), isto é, situações em que a perda não recebe legitimidade social suficiente para que o sofrimento seja plenamente expresso. Vergonha, isolamento, silêncio e sentimento de incompreensão aparecem, assim, não como características individuais, mas como efeitos de um ambiente social que frequentemente considera a morte de um animal uma perda menor ou moralmente secundária.

Sob essa perspectiva, o interesse sociológico desloca-se da intensidade da dor para os mecanismos sociais de reconhecimento. O problema deixa de ser compreender por que alguém sofre pela morte de um animal e passa a ser investigar como determinadas formas de sofrimento tornam-se legítimas enquanto outras permanecem invisibilizadas. Como argumenta Elias (1994), a própria experiência da morte é historicamente produzida, sendo regulada por normas culturais que definem quem pode morrer, quem pode ser lembrado e quais formas de manifestação do luto são consideradas socialmente aceitáveis. O luto constitui, portanto, menos uma reação espontânea do indivíduo do que uma prática social atravessada por classificações, expectativas e moralidades coletivas.

Entretanto, quase toda essa produção parte de um pressuposto comum: o animal ocupa, primordialmente, o lugar de membro da família. Os casos analisados por Vieira (2019), Lapa e Nogueira (2022) e Gonçalves (2019) referem-se a cães e gatos inseridos na esfera doméstica, compreendidos como filhos, companheiros, amigos ou membros do núcleo familiar. Nesses contextos, o vínculo organiza-se sobretudo pela convivência cotidiana, pelo cuidado e pelas relações de parentesco multiespécie.

Os cães policiais, contudo, ocupam uma posição distinta. Embora também sejam alvo de intenso investimento afetivo, sua inserção social não se constitui prioritariamente no interior da família, mas no âmbito de uma organização estatal voltada ao exercício da segurança pública. Eles são, simultaneamente, patrimônio institucional, recurso técnico, agentes operacionais e companheiros de trabalho. Sua existência cotidiana é organizada por escalas de serviço, treinamentos, protocolos operacionais e avaliações permanentes de desempenho. O vínculo que se estabelece com seus condutores não antecede essa condição institucional; ele é produzido precisamente por ela (Oliveira Neto, 2021).

Essa especificidade permite deslocar o debate para além das categorias tradicionais do luto animal. O binômio humano-cão constitui uma relação produzida pelo trabalho. É na rotina de treinamentos, operações, deslocamentos, cuidados veterinários, alimentação, higiene e convivência diária que humanos e cães constroem formas

particulares de confiança, comunicação e interdependência. Como demonstra Sanders (2007), as equipes K9 desenvolvem vínculos que não surgem apesar da atividade profissional, mas justamente em razão dela. A cooperação operacional exige níveis elevados de previsibilidade recíproca, leitura corporal, confiança e coordenação, fazendo com que o trabalho funcione simultaneamente como espaço de produção técnica e de produção afetiva.

Essa observação aproxima-se das reflexões de Kendra Coulter (2016) acerca do trabalho interespécies. Para a autora, ocupações envolvendo animais não podem ser compreendidas apenas como formas de produção econômica, pois mobilizam também trabalho emocional, responsabilidades morais e práticas permanentes de cuidado. Alimentar, limpar, tratar enfermidades, acompanhar o envelhecimento e administrar a morte constituem dimensões ordinárias dessas profissões, revelando que o afeto não representa uma esfera externa ao trabalho, mas uma de suas próprias condições de possibilidade.

A etnografia realizada nos canis confirma essa perspectiva. Tornou-se recorrente entre os interlocutores a afirmação de que "gostar de cães é diferente de gostar de trabalhar com cães". A frase sintetiza uma importante distinção nativa. O ingresso nos canis frequentemente decorre de uma afinidade prévia com animais, mas a permanência nesse universo depende da aprendizagem de um conjunto específico de técnicas, responsabilidades e formas de interação. O cachorro policial não pode ser reduzido à condição de animal de estimação, assim como o cachorreiro não atua simplesmente como tutor. Ambos passam a integrar uma unidade operacional cuja existência depende da cooperação cotidiana, da disciplina institucional e da produção compartilhada do trabalho (Oliveira Neto, 2021).

É precisamente essa condição híbrida que singulariza a morte de um cão policial. Sua perda não rompe apenas um vínculo afetivo semelhante ao existente entre tutores e animais de companhia, tampouco corresponde simplesmente à substituição de um equipamento institucional. O que se desfaz é uma forma específica de relação construída simultaneamente pelo trabalho, pela convivência cotidiana, pelo cuidado mútuo e pela produção compartilhada da atividade policial. Compreender essa singularidade é condição indispensável para analisar as formas pelas quais a morte desses animais é narrada, ritualizada e socialmente reconhecida, tema que orienta a próxima seção.

O fim da missão: morte, memória e luto no trabalho policial com cães

Se o binômio humano-cão constitui a unidade fundamental do trabalho desenvolvido nos canis policiais, compreender o luto exige observar também a maneira como as instituições organizam o encerramento dessa relação. Diferentemente do que ocorre em grande parte das pesquisas sobre animais de companhia, nas quais a morte representa o desfecho esperado da convivência, nos canis a trajetória institucional dos cães é organizada em torno de outra categoria: a missão. Os cães ingressam na corporação para desempenhar funções específicas — detecção de drogas, explosivos, busca, salvamento, patrulhamento ou intervenção — e permanecem vinculados à instituição enquanto sua capacidade operacional é considerada adequada. O encerramento esperado dessa trajetória não é a morte, mas a aposentadoria ou a inaptidão para o serviço (Oliveira Neto, 2021).

Essa diferença produz importantes consequências para compreender o luto. Ao longo da pesquisa etnográfica tornou-se evidente que a morte ocupa posição marginal na organização institucional dos canis. Os protocolos administrativos concentram-se na aquisição, treinamento, certificação, emprego operacional e desligamento funcional dos cães. Quando deixam de reunir condições físicas para o trabalho, os animais normalmente são aposentados e, em muitos casos, adotados por seus próprios condutores ou por outras famílias previamente selecionadas. A aposentadoria representa, assim, a forma socialmente legítima de encerramento da carreira do cão policial, preservando certa continuidade entre sua trajetória profissional e sua vida posterior (Oliveira Neto, 2021).

A morte, entretanto, rompe essa lógica de continuidade. Diferentemente da aposentadoria, ela não integra o ciclo ordinário do trabalho institucional. Não existem protocolos consolidados para elaboração dessa perda, tampouco dispositivos permanentes de acolhimento aos condutores. Quando ocorre, a morte rapidamente deixa de ser uma questão da instituição para tornar-se uma experiência privada dos cachorreiros. Se a aposentadoria permanece reconhecida como categoria administrativa, a morte tende a desaparecer dos registros formais e sobreviver apenas na memória daqueles que compartilharam o cotidiano com o animal.

Esse deslocamento evidencia uma tensão constitutiva da própria condição do cão policial. Como patrimônio institucional, ele integra uma organização voltada à continuidade do serviço e à reposição permanente de seus recursos operacionais (Monjardet, 2012). A lógica burocrática exige que novos cães sejam treinados, novos binômios sejam formados e que as atividades não sejam interrompidas pela perda de um animal específico. Entretanto, a própria formação do binômio torna impossível reduzir o

cão à condição de simples ferramenta de trabalho. Ao longo dos treinamentos, operações e rotinas de cuidado, produz-se uma convivência diária marcada por confiança, comunicação interespecífica e conhecimento mútuo que transforma profundamente a relação entre condutor e cão (Oliveira Neto, 2021).

É justamente nessa tensão que o luto assume sua configuração particular. A instituição precisa continuar funcionando; os cachorreiros, por sua vez, precisam elaborar uma perda que ultrapassa os limites do trabalho. O que se rompe não é apenas uma parceria operacional, mas uma forma específica de convivência construída durante anos de missões, treinamentos, viagens, plantões e cuidados cotidianos. O fim da vida do cão também representa o fim de um modo particular de existir profissionalmente.

Essa experiência aproxima-se daquilo que Vieira (2019) define como reorganização dos vínculos após a perda. O luto não elimina a relação estabelecida com o morto; transforma-a. Da mesma forma, Elias (1994) demonstra que a morte produz rearranjos nas redes sociais e nos significados atribuídos à ausência. Nos canis policiais, contudo, essa reorganização adquire contornos específicos porque o vínculo rompido foi produzido simultaneamente pelo trabalho e pelo afeto. A relação não se encerra com o término da missão nem com a aposentadoria; ela permanece sendo atualizada pelas narrativas, fotografias, objetos, lembranças e histórias compartilhadas entre os cachorreiros.

Ao mesmo tempo, esse processo diferencia-se significativamente daquele descrito na literatura sobre animais de companhia. Diversos estudos têm mostrado que a morte de animais domésticos frequentemente produz aquilo que Doka (1989) denominou *disenfranchised grief* — traduzido no Brasil como luto não reconhecido ou luto não autorizado. Nessas situações, o sofrimento encontra pouca legitimidade social, levando muitos tutores a esconderem sua dor, evitarem manifestações públicas de pesar ou mesmo sentirem vergonha da intensidade de sua perda (Vieira, 2019; Lapa; Nogueira, 2022). A pesquisa de Lapa e Nogueira (2022), por exemplo, demonstra que as entrevistadas relataram ausência de empatia, incompreensão social, isolamento e culpa justamente porque seu sofrimento não era reconhecido como legítimo. O silêncio aparece como consequência direta dessa deslegitimação: muitas participantes evitavam falar sobre a perda, escondiam seu sofrimento e experimentavam sentimentos de solidão diante da incapacidade do entorno social de reconhecer aquele vínculo como digno de luto.

Nos canis policiais, contudo, a situação apresenta uma configuração distinta. Embora a racionalidade institucional também tenda a deslocar a elaboração da perda para

a esfera privada, determinadas mortes conseguem ultrapassar esse limite e produzir reconhecimento coletivo. Esse reconhecimento não decorre apenas da intensidade do vínculo entre condutor e cão, mas também do lugar ocupado por determinados animais na memória institucional da corporação. Foi exatamente isso que ocorreu com Cigano.

Cigano havia encerrado sua carreira operacional e, após a aposentadoria, permaneceu vivendo com seu antigo condutor. A passagem da condição de patrimônio institucional para membro da família não rompeu os vínculos anteriormente construídos; ao contrário, prolongou-os. A convivência cotidiana manteve viva uma relação iniciada no trabalho, fazendo com que a aposentadoria não representasse uma ruptura entre o cão policial e o cão de companhia, mas a continuidade de uma mesma história compartilhada. Quando Cigano morreu, portanto, não desapareceu apenas um antigo K9. Morreu um companheiro de trabalho, um parceiro de operações e um integrante da família de seu condutor.

A repercussão de sua morte ultrapassou o círculo privado dos familiares. Nas redes sociais da corporação multiplicaram-se homenagens, fotografias e mensagens de despedida. Ex-companheiros de trabalho, policiais de diferentes unidades, antigos condutores e civis manifestaram publicamente seu pesar. Cigano foi lembrado por sua trajetória, por suas missões, por sua personalidade e pela história construída ao longo dos anos de serviço. Em vez do silêncio frequentemente observado nas mortes de animais de companhia, sua despedida produziu narrativas públicas de reconhecimento, reafirmando seu lugar na memória coletiva da instituição.

Essas homenagens não constituem apenas manifestações emocionais. Elas produzem efeitos sociais concretos. Ao narrar a trajetória de Cigano, ao compartilhar fotografias de operações, ao recordar episódios marcantes de sua carreira e ao agradecer pelos serviços prestados, policiais e bombeiros reafirmam que aquele animal possuía uma biografia singular. Como observa Thomas (2010), durante séculos os animais de trabalho desapareceram da história assim que deixavam de cumprir suas funções. No caso de Cigano ocorre precisamente o contrário: sua morte transforma-se em ocasião para reconstruir publicamente sua trajetória e reafirmar sua individualidade.

Mais do que isso, Cigano continua presente nas narrativas dos cachorreiros muito depois de sua morte. Seu nome permanece circulando entre diferentes gerações de policiais, funcionando como referência para novos condutores e como exemplo daquilo que significa formar um verdadeiro binômio. Sua memória converte-se em patrimônio

simbólico da própria unidade, evidenciando que determinados cães permanecem produzindo efeitos sociais mesmo após o fim da vida biológica.

É justamente nesse ponto que o luto pelos cães policiais revela sua maior contribuição sociológica. Ele evidencia que esses animais ocupam uma posição permanentemente transitória entre categorias aparentemente opostas. São patrimônio e família; ferramenta e parceiro; recurso operacional e sujeito biográfico; animal de trabalho e membro de relações afetivas duradouras. Sua morte torna visível essa condição híbrida porque obriga a instituição e seus integrantes a negociarem continuamente os limites entre trabalho, memória, reconhecimento e afeto.

Por isso, mais do que representar o encerramento de uma carreira operacional, a morte de um cão policial revela como determinadas relações de trabalho podem produzir vínculos que sobrevivem ao próprio trabalho. O fim da missão não corresponde ao fim da relação. É precisamente quando a atividade operacional termina que a memória, os rituais e o luto tornam mais evidente tudo aquilo que o cotidiano do trabalho havia produzido silenciosamente ao longo dos anos. A morte de Cigano, longe de representar apenas a perda de um cão, permite compreender como as fronteiras entre instituição e família, função e afeto, objeto e sujeito permanecem permanentemente em disputa nas relações entre humanos e animais de trabalho.

Considerações finais

Este artigo partiu de uma questão aparentemente simples, mas ainda pouco explorada pelas Ciências Sociais: o que a morte de um cão policial pode revelar sobre as formas sociais de produzir, reconhecer e elaborar o luto? Ao deslocar a análise da experiência individual da perda para as condições sociais que tornam determinadas mortes dignas — ou não — de reconhecimento coletivo, procurou-se demonstrar que o luto constitui menos uma resposta espontânea à morte do que um fenômeno produzido por relações sociais, instituições e regimes de classificação moral.

A literatura sobre morte de animais de estimação tem mostrado que a intensidade do sofrimento experimentado pelos tutores decorre da ruptura de vínculos profundamente significativos e não da espécie do ser perdido. Entretanto, também evidencia que esse sofrimento frequentemente permanece socialmente interdito, configurando aquilo que Doka denominou de *disenfranchised grief*. Os casos analisados por Vieira (2019), Gonçalves (2019) e Lapa e Nogueira (2022) mostram que a perda do animal costuma ser acompanhada por sentimentos de vergonha, isolamento e ausência de reconhecimento social.

A pesquisa etnográfica realizada nos canis policiais permite observar uma configuração distinta desse fenômeno. O cão policial ocupa uma posição social singular, produzida pela articulação entre trabalho, patrimônio institucional e convivência cotidiana. O vínculo estabelecido entre condutor e cão não decorre apenas da proximidade afetiva, mas é continuamente produzido pelas exigências do próprio trabalho policial. O binômio humano-cão constitui, simultaneamente, uma categoria operacional, uma identidade profissional e uma forma específica de relação interespecie. Por isso, sua dissolução pela morte rompe não apenas um vínculo afetivo, mas também uma unidade de trabalho construída ao longo de anos de treinamento, operações e cuidado cotidiano.

Ao acompanhar o episódio da morte de Cigano, tornou-se possível observar que, embora a racionalidade institucional tenda a deslocar a elaboração da perda para a esfera privada dos condutores, determinadas mortes conseguem produzir formas públicas de reconhecimento. As homenagens, narrativas, fotografias e rituais construídos em torno de Cigano não apenas expressam sofrimento, mas produzem memória coletiva, reafirmam pertencimentos e atribuem ao animal uma biografia socialmente reconhecida. Diferentemente do destino historicamente reservado aos animais de trabalho, cuja individualidade frequentemente desaparecia com o encerramento de sua utilidade, Cigano permanece presente nas narrativas institucionais, convertendo-se em referência para novas gerações de cachorreiros.

Nesse sentido, o caso analisado evidencia que a condição do cão policial permanece permanentemente situada entre categorias que a tradição moderna tende a separar. Esses animais são simultaneamente patrimônio e companheiros, trabalhadores e membros da família, recursos operacionais e sujeitos biográficos. A morte torna visível justamente essa condição híbrida, revelando como trabalho, afeto, memória e reconhecimento não constituem dimensões independentes, mas processos continuamente produzidos na interação entre humanos e outros animais.

Mais do que contribuir para os estudos sobre morte ou sobre relações humano-animal, este trabalho procura demonstrar a fecundidade sociológica do luto como objeto de investigação. Observar quem pode ser publicamente lamentado, quem permanece invisível e como diferentes instituições organizam essas fronteiras permite compreender processos mais amplos de produção de humanidade, de reconhecimento moral e de construção das relações interespecíficas. Nesse sentido, o luto deixa de representar apenas o encerramento de uma relação para tornar-se uma via privilegiada de acesso às formas

pelas quais as sociedades classificam vidas, organizam afetos e definem quais perdas merecem permanecer na memória coletiva.

Por fim, este texto não pretende encerrar essa discussão, mas apontar uma agenda de pesquisa ainda pouco explorada. Permanecem abertas questões relativas às diferentes formas pelas quais outras instituições que trabalham com animais — militares, policiais, equipes de resgate, assistência, terapias ou produção — elaboram a morte de seus companheiros de trabalho. Investigar esses contextos permitirá compreender com maior profundidade como diferentes regimes institucionais produzem distintas formas de reconhecimento da vida, da morte e do luto nas relações entre humanos e outros animais.

Referências

ARCHER, John. **Why do people love their pets?** *Evolution and Human Behavior*, v. 18, n. 4, p. 237-259, 1997.

BELK, Russell W. **Metaphoric relationships with pets.** *Society & Animals*, v. 4, n. 2, p. 121-145, 1996.

BOWLBY, John. **Apego e perda: apego.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. v. 1.

BOWLBY, John. **Apego e perda: separação: angústia e raiva.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004b. v. 2.

COULTER, Kendra. **Animals, work, and the promise of interspecies solidarity.** New York: Palgrave Macmillan, 2016.

DELARISSA, Fernanda Aparecida. **Relação homem-animal: aspectos psicológicos e psicopatológicos.** In: DELARISSA, F. A. (Org.). *Relação homem-animal*. Londrina: UEL, 2003.

DOKA, Kenneth J. **Disenfranchised grief: recognizing hidden sorrow.** Lexington: Lexington Books, 1989.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GAEDTKE, Kênia Mara. **Humanos e seus animais de estimação: uma abordagem sociológica das relações interespecíficas.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia).

GAEDTKE, Kênia Mara. **Entre afetos, consumo e sacrifício: relações humano-animal.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

GAEDTKE, Kênia Mara. **Cães, gatos, mães e pet sitters: a relação entre humanos e animais de estimação e seus contrapontos.** In: *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*. São Paulo: IEB/USP, 2017. p. 53-70.

GONÇALVES, Ítalo Vinícius. **Agindo sobre a morte e o morrer: considerações sobre as categorias emocionais presentes em uma etnografia relativa à morte de animais de estimação.** *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 18, n. 53, p. 103-117, 2019.

LAPA, Dioni Mateus Kammer; NOGUEIRA, Maria Teresa Duarte. **O luto não reconhecido pela morte do animal de estimação: um estudo com tutoras de animais na cidade de Canguçu-RS.** *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 251-270, 2022.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública.** São Paulo: EDUSP, 2012.

OLIVEIRA NETO, Edi Alves de. **CACHORREIROS E CÃES DA POLÍCIA E DOS BOMBEIROS: UM ESTUDO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES HUMANO-CÃO.** 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

PARKES, Colin Murray. **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta.** São Paulo: Summus, 1998.

SANDERS, Clinton R. **Working out back: the veterinary clinic and "human-animal" relations.** *Human-Animal Studies*.

SANDERS, Clinton R. **The dog you deserve: ambivalence in the K-9 officer/patrol dog relationship.** *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 36, n. 2, p. 148-172, 2007.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIEIRA, Márcia Núbia Fonseca. **Quando morre o animal de estimação: um estudo sobre luto.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 239-257, 2019.

WORDEN, J. William. **Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental.** 4. ed. São Paulo: Roca, 2013.